

## **IMPACTO DAS MIGRAÇÕES POPULACIONAIS NA ESTRUTURA SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO VALE DO ZAMBEZE (MOÇAMBIQUE)**

### **THE POPULATION MIGRATIONS IMPACT ON SOCIAL STRUCTURE AND RESISTANCE'S FORMS IN THE ZAMBEZI VALLEY (MOZAMBIQUE)**

António Alone Maia  
Eusébio André Pedro  
Jorge João Muchacona

#### **RESUMO**

Este artigo tem como objectivo analisar o impacto das migrações populacionais nos séculos XIX e XX sobre a estrutura social e as formas de resistência que surgiram no vale do Zambeze. As razões da escolha do tema surgem da constatação de que, no processo histórico, o Vale do Zambeze foi e tem sido palco de encontro de muitos povos e culturas com interesses diversos, convergentes ou divergentes, largamente ligados ao comércio e outros de carácter humanístico, como é o caso dos Nguni que foram acolhidos na região após a fuga das investidas de Chaka Zulu. Para isso, questiona-se como os contactos interculturais ocorridos no processo histórico impactaram a estrutura social dos povos do Vale do Zambeze? Metodologicamente este trabalho é baseado em pesquisa bibliográfica. Esperamos com esta pesquisa trazer uma contribuição teórica na reflexão a respeito do tema em estudo e em termos práticos elucidar as origens e a trajetória de um povo. A pesquisa conclui mostrando que a migração nguni e sua instalação no norte do vale do Zambeze teve um impacto na estrutura social e causou resistências *in loco*.

**Palavras-chave:** estrutura social, migrações, resistência, Nguni, prazos

#### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the impact of population migrations in the 19th and 20th centuries on the social structure and forms of resistance that emerged in the Zambezi valley. The reasons for choosing this topic arise from the observation that, in the historical process, the Zambezi Valley was and has been the stage for the meeting of many peoples and cultures with diverse, converging or divergent interests, largely linked to trade and others of a humanistic nature, as is the Nguni case who were welcomed in the region after they escape from Chaka Zulu's attacks. For this, it is questioned how the intercultural contacts that took place in the historical process impacted the social structure of the Zambezi Valley's peoples? Methodologically this work is based on bibliographical research. We hope with this research to bring a theoretical contribution in the reflection on the theme under study and in practical terms to elucidate the origins and the trajectory of a people. The research concludes by showing that the Nguni migration and its settlement in the northern Zambezi valley had an impact on the social structure and caused resistance on the spot.

**Keywords:** social structure, migrations, resistance, Nguni, Prazos

## **INTRODUÇÃO**

Impacto das Migrações Populacionais na Estrutura Social e nas Formas de Resistência no Vale do Zambeze é o principal objecto desta pesquisa. Os motivos da escolha do tema são apresentados em dois aspectos, o subjectivo e o objectivo. Do ponto de vista subjectivo, os pesquisadores fazem parte do universo em estudo e desejam profundamente conhecer as raízes de sua história. Outra razão surge da constatação de que, no processo histórico, o Vale do Zambeze foi e tem sido palco de encontro de muitos povos e culturas com interesses diversos, largamente ligados ao comércio e outros de carácter humanístico, como é o caso Nguni que foram recebidos na região após uma fuga no reino de Chaka Zulu. De um ponto de vista objectivo, os pesquisadores desejam pesquisar o tema para melhor compreender a história e a estrutura social dos povos do Vale do Zambeze e suas metamorfoses no processo histórico. No que se refere ao objectivo geral, pretende-se analisar o impacto das migrações populacionais na estrutura social e nas formas de resistência que eclodiram no vale do Zambeze, no âmbito de contactos interculturais. Em termos de objectivos específicos, queremos apresentar a chegada dos Nguni ao Vale do Zambeze e o seu impacto na estrutura social e Mostrar como o tráfico de escravos teve impactos negativos na estrutura social. No que se refere à questão fundamental, a pesquisa busca compreender como os contactos interculturais ocorridos no processo histórico impactaram a estrutura social dos povos do Vale do Zambeze? Para fundamentar teoricamente a pesquisa, utilizaremos autores que trabalham o tema em questão e faremos um recorte trabalhando conceitos como: estrutura social, migrações, resistência, entre outros. Em termos metodológicos, o artigo baseia-se essencialmente em pesquisa bibliográfica. Esperamos, com esta pesquisa, trazer uma contribuição teórica e multidisciplinar para a abordagem da temática em estudo, sem, no entanto, pretender esgotá-la.

### **Ascensão de Chaka**

A história dos Nguni no Vale do Zambeze tem uma ligação com a vida de Tchaka. Tchaka Zulu era filho de Senza Ngakona da tribo Abatetwa, que tinha quatro mulheres antes da mãe de Tchaka mas que não lhe davam varão. Foi atraído pela

“deliciosa” – Nandi – dançarina de mutchocho, com quem se casou. Pela chantagem das outras mulheres Senza Ngakona sentiu-se obrigado a enviar Nandi e o filho, Tchaka, de volta à aldeia porque diziam que ela já viera grávida. Tchaka, em criança, era desprezado e maltratado pelos companheiros na pastorícia pelo que concentrou-se em si.

Pouco a pouco começou a conquistar êxitos, sobretudo ao matar um leão e libertar uma jovem da boca de hiena. Desta forma, impôs-se como chefe (mampoli). Como as mulheres entoassem canções em seu nome, passou a ser alvo de ameaças e odiado tendo refugiado à casa de Dinguiswayo, suserano de seu pai. Ai, ele se tornou homem de guerra acabando mesmo por conquistar todas as insígnias Nguni: pérolas presas ao cabelo. Devido a sua coragem, tornou-se o braço direito e porta-voz de Dinguiswayo.

Quando o pai Senza Ngakona morreu, os irmãos apoderaram-se da herança mas Tchaka recebendo ajuda de Dinguiswayo recuperou-a e, matando parte de irmãos tornou-se rei do clã. Quando Dinguiswayo foi morto de surpresa por Zwide, Tchaka assumiu as rédeas do reino. Por essa altura, ele era venerado por milhares de homens e mulheres e temido como diabo por milhões de outros (Ki-Zerbo, 1999:5).

### **A gênese do nome, a fuga do grupo Nguni e as causas**

Tchaka quando assume o controle do reino decide fazer reformas internas e uma delas estava relacionada com o nome Nguni. *Chaka* sendo o líder da maioria do grupo *Nguni*, ele não gostou do nome *Nguni*, parecia-lhe um nome horrível. Sendo assim, ele decidiu mudar o nome do seu grupo étnico, de *Nguni* para *zulu* que significa o Céu, o mais alto.

Em algumas linguas bantu, como é o caso do nyungwe, Dema, Nyanja, Cewa, Cena, ocorre inúmeras vezes o uso de prefixos seguidos de um substantivo. Neste caso temos por exemplo *Ku + dzulu* que significa literalmente no céu, nas alturas, em cima, no mais alto. Tchaka aglutina e associa o novo nome aos seus feitos como imperador. Devido às suas proezas, neste contexto passou a chamar-se de Tchaka Zulu que significa

o todo-poderoso, o que está acima de todas as potestades; ele era o soberano (Ki-Zerbo, 2002:7).

O grupo Nguni fazia parte do seu reinado no Natal, daí o nome Kwa Zulu Natal. A história do grupo Nguni entrelaça-se com o Reino de Gaza pois a origem do Império está relacionada à imigração dos Nguni vindos da colônia inglesa do Natal, fugindo do Imperador Txaka Zulu.

Sochangana, Avô de Gungunhana, tinha sido mandado por Txaka, Imperador dos Zulus, para lutar contra um chefe na zona dos suazis. Nessa luta, Soshangana saiu derrotado. Assim, entre regressar e sujeitar-se a uma morte certa (Txaka normalmente matava os seus generais que não saíssem vitoriosos de uma batalha), ou então fugir para longe, Soshangana escolheu a segunda hipótese. Soshangana fugiu para o nosso lado, passou por Gaza e Inhambane, foi até Manica, Sofala e Angónia, atravessando o Zambeze (Honwana, 1989:11-12).

Não é nossa intenção esgotar o tema, mas sim, de forma singela estamos tentando trazer uma contribuição histórico-antropológica da trajetória de um grupo importante no processo histórico onde acontece a configuração e reconfiguração de identidades em meio a fluxos e contactos interculturais com impactos na estrutura social, no trajecto kwa zulu – Vale do Zambeze e regiões além. Também gostaríamos de realçar o dado de que o grupo Nguni não foi o único que se colocou em fuga no reino de Chaka, existiram outros, como bem mostra Hunter.

O grupo Nguni que fugiu de Chaka zulu e foi se instalar ao norte do vale do Zambeze é apenas um. Outros grupos permaneceram fugitivos de Chaka Zulu nos arredores de Natal, que é o caso do grupo Fingo. Os Fingo haviam sido expulsos de Natal por Chaka Zulu tendo-se tornado em um grupo de refugiados que trabalhavam nas fazendas dos europeus, tidos como servos, e não tinham nem direitos nas reservas. Permaneceram por muitas gerações trabalhando nas fazendas do Eastern Province (Hunter, 1961:3).

Portanto, antes de perseguir parte de seus irmãos que durante a fuga se instalaram

no vale do Zambeze, Tchaka fez algumas reformas. Começou por mudar o nome do povo de Nguni para Amazulo. Depois, instituiu os *impis* no exército, que eram regimentos com homens de quase mesma idade dirigidos pelo *induna* (ancião). Introduziu uniforme distintivo dos regimentos e gritos específicos para cada um deles. Suprimiu as sandálias dos soldados porque dificultavam o movimento da soldadesca.

Antes, cada soldado tinha duas armas defensivas - lança de arremesso e azagaia de haste longa. Tchaka suprimiu a primeira e mandou conservar a segunda, desta vez com haste curta para estimular luta corpo a corpo. Na estratégia militar, o *impis* avançava em fileiras cerradas com quatro grupos: duas alas formavam os cornos do búfalo com dois corpos centrais, um atrás do outro como crânio. Uma ala atacava e outra se escondia intervindo ao longo do combate (eram jovens ágeis e fogosos) para impedir que o inimigo se afastasse forçando-o a ir ao centro.

A retaguarda, composta de veteranos de costas viradas para o combate, só entrava se a vitória demorasse. Pensa-se que tais tácticas lhe haviam sido sugeridas pelo seu ofício de pastor e caçador quando pretendia forçar a retirada dos antílopes, dos búfalos e das feras (Ki-Zerbo, 2002:7).

A sociedade, do ponto de vista económico, era praticante da criação de gado pelos homens e cultivo de milho pelas mulheres. Antes das reformas, o sistema político era absolutamente patriarcal. Com as reformas, a circuncisão foi suprimida por ser perda de tempo [para recuperação] e a mulher passou a ocupar lugar de destaque.

### **A migração Nguni e suas consequências**

O vale do Zambeze, além de ter tido a presença dos prazeiros (descendentes de portugueses que ocupavam uma terra para administra-la em nome da Coroa Portuguesa), teve também a presença do Império de Gaza e dos Nguni, que começaram em 1821. A expansão Nguni foi rápida de modo que até 1840 estes tinham ocupado 28 dos 46 prazos do vale do Zambeze (Isaacman, 1979:36). Teixeira Botelho mostra que em 1858 havia 142 prazos no distrito de Tete, 25 no de Sofala e 32 no de Sena (Papagno, 1980:43).

Aqui é importante perceber que os Nguni não seriam os únicos imigrantes a perturbar a vida no sul da África Oriental nessa época. Tanto antes quanto na época das entradas dos Nguni, ocorriam imigrações em três outras áreas: oeste e norte do lago Niassa e sul do Ruvuma. O movimento do oeste para o norte do lago era o resultado de guerras e dispersões, da expansão populacional e da fome, e do desejo de encontrar melhores terras para a criação de gado, caça e comércio (Redmond 2018, 49).

Segundo Papagno, além do vale do Zambeze estar sofrendo fortes migrações populacionais devido à caça de pessoas para serem vendidas como escravas, um segundo factor veio como acréscimo, a chegada dos Nguni à região. Os próprios Nguni, apesar de guerreiros, também foram alvos da escravatura. Entre 1825 a 1830 os Ngunis eram parte das etnias majoritárias do sul de Moçambique – que ocupavam terceiro lugar com 11,3% - enviadas como escravos para o rio de Janeiro (Pereira 2006). É de recordar que os Nguni tinham o seu impérios em Transkey, África do Sul (Ferro 1996).

Um grupo de Nguni, proveniente do sul, forçado a transferir o seu habitat pelas pressões dos Zulu de Chaka, começa a dirigir-se para o norte e a partir de 1823, sob a direcção de Soshangane, chamado depois pelos portugueses como Manicusse. Em 1834, vão saquear Lourenço Marques e no ano seguinte atacam os prazos em redor de Sena. Um outro grupo conduzido por Zwangendaba, dirige-se mais para o Norte, passando o Zambeze junto de Tete em 1835; permanece na região durante cerca de quatro anos e encaminha-se depois para o lago Niassa (Papagno, 1980:42).

Os Nguni eram um grande grupo étnico da África do Sul, que incluía os Xhosas, Tembos, Fingos, Pundos, Zulus, Tongas e Suazis e cujo território ia desde a Suazilândia, na fronteira de Moçambique, até ao Ciskei, na Província do Cabo; enquanto os Zulus predominavam no Natal (Patte, 1971). A chegada dos Nguni ao vale do Zambeze não foi pacífica, tampouco foi nas zonas por onde eles passaram. Por exemplo, no Barué, os Nguni, enquanto atravessavam a região rumo ao vale do Zambeze, saquearam gado e mulheres (Isaacman, 1979: 37).

Sua migração criou um período de guerras em áreas que antes eram pacíficas, enquanto as comunidades eram destruídas e devastadas. - A migração Nguni também resultou na propagação de doenças epidémicas, por exemplo varíola e malária. O aumento da guerra também mudou aspectos da organização social. As cerimónias de

circuncisão, que ajudavam a unir as sociedades, foram substituídas pela formação de regimentos dos jovens. Os regimentos assim formados eram destacados para propriedades reais. Embora os regimentos não estivessem activos durante todo o ano, a maioria dos estados agora tinha uma força militar estável e eficaz. Usando técnicas militares aprimoradas, alguns estados já estavam alcançando posições de considerável importância na sociedade Nguni no início do século XIX.

Em 1820, a secção Zulu de um desses estados estava adquirindo domínio em todo o sudeste da África Meridional, e o poderoso império Zulu estava nascendo. O estado Zulu cresceu através do domínio de seu inkosi, Shaka, um guerreiro imprudente, embora magistral, que alterou radicalmente as técnicas de luta de seus seguidores e, como resultado, esmagou toda a oposição. Essas técnicas, posteriormente adoptadas pelas sociedades por onde passou, incluiu tornar os regimentos permanentes, ao invés de tempo parcial, forças de combate, modificação de armas, por exemplo, encurtando a lança de arremesso em uma lança de apunhalamento chamada de *assegai*, e mudando o estilo frontal de ataque em chifre de búfalo. À medida que os estados militares mais bem-sucedidos se expandiam, muitos pequenos grupos que viviam em suas vizinhanças eram confrontados com a escolha de lutar ou fugir. Entre os que fugiram estavam o povo do clã Maseko, que partiu com um povo vizinho, o Msane, que tendo resistido foi derrotado por Shaka. Outro 'estado' que preferiu lutar a fugir foi o Ndandwe, um povo poderoso que buscava desafiar o controle de Shaka. Quando, por sua vez, foi derrotado, uma de suas facções, liderada pelo clã Jere fugiu.

Aspectos da história subsequente desses povos acabaram chegando a leste do Lago Nyasa. Durante as migrações, cada povo levava a vida de espoliador, avançando um povo após o outro, capturando indivíduos e saqueando a riqueza da terra antes de decidir seguir em frente. Esses migrantes predadores, embora retendo muitos aspectos de sua vida na África do Sul com organização social, uma estrutura política centralizada, os regimentos etários e o sistema militar que eles adquiriram do Estado Zulu, fizeram algumas modificações em resposta às demandas de movimento constante.

Alguns autores identificam três dessas mudanças, primeiro, os homens em regimentos militares viviam com o resto da população em vez de separadamente, presumivelmente por conveniência e melhor defesa. Em segundo lugar, os cativos eram integrados como indivíduos e não como grupos. Em terceiro lugar, as tendências tradicionais de segmentação e fissão eram controladas. A coisa marcante que os Nguni fizeram na Angónia, por exemplo, foi massacrar todos os homens adultos para impedir as rivalidades. Houve pelo menos duas razões para isso. Um era a auto-preservação. Uma segunda razão era o poder da liderança. Um líder eficaz e forte mantinha o orgulho de seu próprio governo e punia as tentativas de descartá-lo. Uma vez que a autopreservação na longa marcha para o norte não era mais um problema e nenhum líder obstinado estava no controle, a segmentação e a fissão rapidamente reapareceram (Redmond, 2018: 34-36).

Quando os Nguni atravessaram e se instalaram no norte do Zambeze, diz Kamtedza que, “os guerreiros angoni se estabeleceram em Angónia e aprenderam o *cinyanja* com as mulheres com as quais eles se casaram (Kamtedza, 1964:7).

Depois que os homens adultos eram mortos, os Nguni se casavam com as mulheres e cuidavam de todos os filhos dos pais ora mortos. O impacto que isso teve é que, como as crianças passavam mais tempo com as mulheres, estas acabavam ensinando seus filhos a própria língua e não a dos Nguni. Isto significa que embora os Nguni conseguissem dominar politicamente a região do Vale do Zambeze e do Planalto de Angónia, que desde então passou a ser conhecido em sua homenagem, também foram dominados culturalmente graças ao empenho e resistência das mulheres locais.

### **Resistência contra os Nguni no pagamento de tributos e o domínio Colonial**

Ao mesmo tempo que os Nguni se expandiam para Moçambique, o regime colonial preparava-se para a ocupação de facto. Na década de 1850, eclodiram guerras pelo controle do Vale do Zambeze, que se prolongaria nas três décadas seguintes. O conflito prolongado que está registado na história de Moçambique envolveu o regime colonial com os Bongas de Massangano.



Isaacman e Vansina ao falarem das Iniciativas e resistências africanas na África central, entre 1880-1914, mostram que os Nguni e os Cololo fundaram numerosos Estados nas bacias do Zambeze e do Limpopo (Isaacman e Vansina, 2010:191);

Por exemplo, na Niassalandia, em 1896, os Nguni de Gomani atacaram postos de missionários, em parte como protesto contra o efeito debilitante do cristianismo, ao passo que em Moçambique os Bárue frustraram os esforços de Lisboa para incorporá-los em seu império embrionário, utilizando a Igreja Católica para converter a família real (Isaacman, 210:194).

A forma como estava organizado e estruturado o grupo Nguni, certamente supera a capacidade da nossa imaginação. As fontes estão revelando que eles eram um grupo altamente organizado e presente em vários territórios. Por exemplo, "no último quartel do século XIX, os Ovambo, os Shangan e mesmo vários ramos conservadores dos Nguni adquiriram fuzis modernos prevendo um confronto com os europeus" (Isaacman, 210:195).

Há grupos que atravessaram o Vale do Zambeze e foram instalar-se na Niassalandia. Tais grupos, apesar de serem todos Nguni, nem sempre conseguiam manter uma coesão interna o que gerou uma espécie de desagregação do grupo, tendo fracassado na luta contra a dominação europeia no processo de ocupação efectiva da África após a Conferência de Berlim.

Mesmo os Estados Nguni, embora aparentados, foram incapazes ou não quiseram se entender para resistir a expansão britânica na Niassalandia. Por volta da década de 1890, os Maseko, Gomani e Mpeseni, todos Nguni, lutaram isoladamente contra as forças coloniais britânicas, numericamente menores, e foram esmagados, o que permitiu ao Reino Unido a criação da colônia da Niassalandia (Isaacman, 210:198).

Portanto, a presença e o domínio do grupo Nguni atravessa o território que é hoje Moçambique e seguem rumo ao norte. Neste trabalho, o nosso foco é o Vale do Zambeze

e como a presença do grupo teve um impacto na estrutura social. Portanto, no processo histórico, verifica-se um intenso dinamismo sociocultural no Vale do Zambeze com impacto na forma como os vários grupos locais estavam organizados no tempo e no espaço.

Segundo Radcliffe-Brown, “os problemas de dinâmica social referem-se às condições de mudança das formas de vida social” (2013:14). Neste sentido tanto a história assim como a antropologia são fundamentais para entender os processos históricos e dinâmicas que se deram entre grupos sociais. Neste sentido a antropologia social vai investigar as formas de associação que se encontram entre os seres humanos num determinado espaço temporal (Radcliffe-Brown, 2013:170).

Radcliffe-Brown define estrutura social como sendo a rede de relações sociais existentes numa sociedade, que é dever de estudo do antropólogo social. O estudo da estrutura social não é tudo na antropologia social, segundo ele, no entanto, o seu estudo é uma parte fundamental da antropologia social (Radcliffe-Brown, 2013:170).

Assim, o autor inclui como parte da estrutura social todas as relações de pessoa a pessoa. São exemplo disso, a estrutura do parentesco, que tem uma série de relações diádicas, como entre pai e filho ou irmão da mãe e filho da irmã. Também se inclui na estrutura social a diferenciação de indivíduos e classes por seu desempenho social. “As posições sociais diferenciadoras de homens e mulheres, chefes e comunitários, empregadores e empregados são outros tantos determinantes das relações sociais na medida em que pertencem a diferentes clãs ou nações” (Radcliffe-Brown, 2013:172).

Nesse processo histórico de relações interculturais e fluxos migratórios no Vale do Zambeze, uma descrição sobre a estrutura social é fundamental, pois é dentro dela que podemos entender as mudanças e continuidades causadas pelos eventos. Diz Radcliffe-Brown que, “no estudo da estrutura social, a realidade concreta de que estamos tratando é uma série de relações realmente existentes em dado lapso de tempo, que agrupa certos seres humanos” (Radcliffe-Brown, 2013:172).

Os *Ngunis* por serem um povo guerreiro e de tradição patrilinear submeteram as populações locais às suas ordens, obrigando-as a pagar tributos, facto que causou resistências. O povo local, neste caso, os nyanjas e cewas resistiram contra a dominação

dos Nguni fazendo uso da dança e das máscaras do nyau. O nyau emerge como sendo a dança de resistência contra os Nguni o que se repetirá contra as autoridades coloniais junto com os missionários que, a título de missão civilizadora, tentaram banir todas as manifestações culturais locais e as religiões tradicionais, inclusive o nyau, para implantar a evangelização e a catequese. Nesse contexto pode se entender perfeitamente, segundo Balandier, que

a colonização agiu pelo jogo de três forças difíceis de separar, associadas historicamente e vividas como sendo estreitamente solidárias por parte daqueles que as sofrem, a acção económica, a administrativa e a missionária. Foi em função desses três termos de referência que os antropólogos estudaram as mudanças sociais (Balandier, 1993:110).

Neste contexto todo, é preciso admitir que, antes de Berlim, Portugal não tinha um controle efectivo da vasta região do Moçambique de hoje. A sua presença era mais nominal do que efectiva (Mazula, 1995:68). “Foi só na última década do século XIX e inícios do século XX que o governo português teve o poder suficiente na África para levar a cabo uma política colonial com alguma viabilidade” (Mondlane, 1995:33).

Segundo Mazula, foi somente nos finais do século XIX, depois de Berlim (1884/1885) e da Conferência Antiescravagista de Bruxelas – 1889, é que o governo colonial português se preocupou com a ocupação efectiva da colónia para realização do capital. Em muitos casos, teve que agir por pressão dos interesses económicos de outras potências colonizadoras, a Alemanha, a Inglaterra e a França (Mazula, 1995:67-68).

### **A efectivação da política colonial e a autoridade tradicional de vários chefes africanos**

Para a efectivação dessa política colonial, a administração colonial teve que usar a estrutura política local, isto é, os chefes locais a seu favor.

Para facilitar trabalho dos administradores e dos chefes de posto, o governo português restabeleceu, com alguns limites, a autoridade tradicional de vários chefes africanos. Mas para assegurar que nenhum chefe africano pudesse adquirir poder suficiente para desafiar o homem branco, o governo português dividiu as várias chefaturas em pequenos territórios, cada um deles com apenas

alguns milhares de pessoas. Todos os chefes africanos eram directamente responsáveis perante o administrador de circunscrição ou o chefe de posto. Mais importante ainda era o facto de o poder do chefe já não derivar de um conceito de legitimidade dentro da sociedade tradicional, mas estar antes baseado no controverso conceito de legalidade portuguesa. O chefe já não era mais o dirigente da sua comunidade, mas o representante na comunidade da autoridade colonial, estabelecida de forma hierárquica. Os antigos laços políticos entre as várias comunidades africanas foram rompidos e substituídos pelo poder português” (Mondlane, 1995:34).

### **O estabelecimento do controle político e administrativo total após a Conferência de Berlim**

Uma vez estabelecido o controle político e administrativo total, foi entregue à Igreja Católica a responsabilidade da pacificação espiritual do povo (Mondlane, 1995:34).

Em seguida, o governo português iniciou a distribuição dos recursos naturais do território aos vários interesses económicos interessados em explorá-los. Tais recursos incluíam terras férteis para a agricultura, os portos da Beira, Lourenço Marques e Nampula, os cinco maiores rios da África Oriental, todos com seus estuários em Moçambique. Foram também distribuídas as florestas que continham madeiras, plantas da borracha, animais selvagens para extracção de pele e couro, recursos pesqueiros e muita mão-de-obra (Mondlane, 1995:34).

### **As principais características do colonialismo entre 1890 e 1910**

Depois da Conferência de Berlim, cada potência imperialista tinha que ter clareza e definição clara das suas zonas de influência e actuação nas colónias. Sendo assim, havia uma necessidade imperiosa da fixação e representatividade. Para o sistema colonial português em termos administrativos, caracterizou-se por "uma rede administrativa centralizada e autoritária; a aliança com a Igreja Católica; a utilização de companhias, muitas vezes estrangeiras, para explorar os recursos naturais; o sistema de concessões; o trabalho forçado, e a exportação em grande escala de trabalhadores para

a África do Sul" (Mondlane, 1995:37).

Foi desta forma que,

(...) entre 1890 e 1910 ficaram definidas as principais características do colonialismo português: uma rede administrativa centralizada e autoritária; a aliança com a igreja Católica; a utilização de companhias, muitas vezes estrangeiras, para explorar os recursos naturais; o sistema de concessões; o trabalho forçado, e a exportação em grande escala de trabalhadores para a África do Sul (Mondlane, 1995:37).

Precisamos lembrar que toda essa distribuição de territórios exigia antes um conhecimento dos territórios e não é por acaso. Já em 1875 fora fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) com o explícito propósito de promover o gosto e a prática da geografia e o conhecimento científico dos territórios coloniais (Bastos, 2013:322). O objectivo da criação da (SGL) era político para dar fundamento científico, cultural e humanístico à elaboração de uma estratégia para a África (Cabaço, 2009:62).

Nessa época, não se tratava mais de navegar os mares e desvendar os novos continentes, que eram temas invocados na literatura modernista para pintar o passado glorioso, pioneirismo e aventuras. A partir da criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, tratava-se então de conhecer com muito rigor os diversos lugares da terra, cartografar rios e seus afluentes, arrolar as quedas das águas, localizar com precisão as montanhas, vales planícies, desertos, populações e seus povoados, calcular as latitudes, longitudes assim como altitudes, descrever as paisagens, escrever os caminhos e delinear os aspectos políticos. Grandes esforços da Sociedade de Geografia de Lisboa foram concentrados na África (Bastos, 2013:322).

A partir desse conhecimento, Costa mostra que, “o europeu no contacto com novos espaços e novas gentes, vai produzir novas representações e novos conhecimentos sobre o mundo não europeu. Vai emergir um *saber* colonial” (Costa, 2013:42).

Nesta lógica, com as ciências coloniais emerge uma nova cultura. A colonização enquanto fenómeno cultural faz a distinção entre o colonizador com conhecimento e o colonizado ignorante. A ciência nas colónias é antes de mais, um instrumento de controlo, de

dominação e um vector do imperialismo ocidental. Conhecer para poder intervir, vigiar para disciplinar e regulamentar o Outro (Costa, 2013:42-43).

Neste sentido, colonizar significava conhecer e dominar recursos, pessoas, discurso e territórios (Costa, 2013:50). Portanto, na situação colonial a ciência foi um instrumento de dominação.

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente este trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica com o intuito, não só de mapear a literatura que versa sobre a trajetória do povo nguni mas também pretendia-se fazer a revisão da literatura que trata das migrações que se fizeram presentes no vale do Zambeze ao longo do processo histórico e a migração nguni, é apenas uma que fixou-se ao norte do vale do Zambeze e teve um impacto na estrutura social. Esperamos que esta pesquisa seja mais um instrumento a trazer uma contribuição teórica na reflexão a respeito do tema em estudo e em termos práticos, que seja mais um documento a elucidar as origens e a trajetória de um povo, facto que pode ajudar as actuais gerações a conhecerem suas raízes, consultando produções como esta, garantindo desta forma que a história dos nguni, conhecida localmente, não seja apenas oral mas também escrita. Daí resulta a relevância do estudo e da opção metodológica. A pesquisa conclui mostrando que a migração nguni e sua instalação no norte do vale do Zambeze teve um impacto na estrutura social e causou resistências *in loco*.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como dissemos anteriormente, nossa intenção não é de esgotar um tema complexo e de tamanha magnitude como este. Com esta pesquisa pretendemos trazer uma contribuição teórica a respeito do impacto das migrações populacionais nos séculos XIX e XX sobre a estrutura social e as formas de resistência que surgiram no vale do Zambeze. Os movimentos migratórios que se deram no Vale do Zambeze tiveram um impacto na estrutura social dos povos da região. A forma como os povos do Vale do Zambeze se encontravam organizados sofre mutações no contacto com grupos que se fizeram

presentes neste universo. Houve influências múltiplas, no sentido de que, os vários grupos que se fizeram presentes no Vale do Zambeze também assimilaram aspectos da cultura local, tanto nos prazos com os senhores prazeiros, isso pode-se notar em Chorilo de Ungulani Ba Ka Khosa, assim como nas relações dos Nguni com a tradição matrilinear local. Em termos políticos e administrativos, o contacto com a situação colonial alterou o papel e funções sociais dos chefes locais, passando estes a serem instrumentos da situação colonial. Em relação aos Ngunis, grupo de tradição patrilinear, ao chegar no Vale Zambeze, sobretudo no Planalto de Angónia, misturam-se e casam-se com as mulheres locais de tradição matrilinear. Nesse contacto, o sistema de parentesco que prevaleceu foi o matrilinear até aos dias de hoje. Portanto, os contactos interculturais que se deram no Vale do Zambeze tiveram um impacto na estrutura social dos povos locais e houve resistências de múltiplas formas com recurso a cantos, danças, provérbios ao lado de confrontos físicos.

## BIBLIOGRAFIA

**BALANDIER, Georges.** *A Noção de Situação Colonial.* Tradução de Nicolas Nyimi Campanário. Revisão de Paula Montero. In *Cadernos de Campo*, no. 3, 1993.

**KHOSA, Ungulani Ba Ka.** *Choriro.* Maputo: Alcance Editores, 2009.

**BASTOS, Cristina.** Das viagens Científicas aos manuais de colonos: a Sociedade de Geografia e o Conhecimento de Africa. In: *O Colonialismo português. Novos rumos da historiografia dos PALOP.* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Instituto de Investigação Científica Tropical, PT: Edições Húmus, 2013, PP. 321-346.

**CABAÇO, José Luis.** *Moçambique. Identidade, colonialismo e Libertação.* São Paulo:UNESP, 2009.

**COSTA, Luis Manuel Neves.** *Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo.* (Artigo). In: *História. Revista da FLUP.* IV série, vol.3, 2013, PP. 41-58.

**FERRO, Marc.** *História das Colonizações: das Conquistas às Independências - Séculos XIII a XX.* Lisboa:Editorial Estampa, 1996.

**História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880** / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília : UNESCO, 2010.

**HONWANA, Raul Bernardo Manuel.** *Memórias.* Rio Tinto, Portugal: Edições ASA, 1989.

**ISAACMAN, Allen F.** *A Tradição de Resistência em Moçambique. O vale do Zambeze, 1850-1921.* Porto: Afrontamento, 1979.

**ISAACMAN, Allen e VANSINA, Jan.** *Iniciativas e resistências africanas na África central, 1880-1914.* In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.

**KAMTEDZA, João de Deus G. (S.J.).** *Elementos de Gramática Cinyanja.* Por Missionários da Companhia de Jesus. Lisboa, Imprensa Portuguesa, 1964.

**KARASCH, Mary C.** *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

**KI-ZERBO, Joseph.** *História da África Negra II.* Portugal: Biblioteca Universitária, Publicações Europa-América, 3ª edição, 2000.

**MAZULA, Brazão.** *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985.* Fundo bibliográfico da Língua Portuguesa, Edições Afrontamento, 1995.

**MONDLANE, Eduardo.** *Lutar por Moçambique.* Maputo, Coleção Nosso Chão: 1995.

**PAPAGNO, Giuseppe.** *Colonialismo e Feudalismo. A questão dos prazos da Coroa em Moçambique nos finais do século XIX.* (Tradução: Miguel Serra Pereira e Maria Regina Louro). Lisboa: Biblioteca de História, 1980.

**PATTE, Richard.** *África do Sul vizinha de Portugal. Volume I.* Lisboa: Revista Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

**PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva.** *À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garmond Universitária, 2006.

**RADCLIFFE-BROWN, A. R..** *Estrutura e Função na sociedade primitiva.* Prefácio dos professores: E.E.Evans-Pritchard, Fred Eggan; Tradução de Nathanael C. Caixeiro.– 2ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, (Coleção Antropologia), 2013.

**REDMOND, Patrick M.** *A Political History of the Songea Nguni from the mid-nineteenth century to the rise of the Tanganyika African National Union.* East Eisenhower Parkway: ProQuest, 2018.



**Recebido: 20/2/2023. Aceito: 30/5/2023. Publicado: 31/7/2023.**

**AUTORIA:**

**Antônio Alone Maia** - PhD em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, Professor de Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Rovuma-Nampula - Moçambique; Membro e pesquisador do CERNe - Centro de Estudos de Religiosidades Contemporâneas e Culturas Negras da Universidade de São Paulo - USP; Membro da Casa das Áfricas – São Paulo e do NAU – Nucleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo – USP. [alonemaia13@gmail.com](mailto:alonemaia13@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0002-3500-8235>

**Eusébio André Pedro** - PhD em História Comparada pela Dokuz Eylül University (Turquia) Professor e Director do Centro de Estudos de Humanidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento Económico da Universidade Rovuma -Moçambique ([egwembe@gmail.com](mailto:egwembe@gmail.com)); <http://orcid.org/0000-0002-0693-9524> orcid

**Jorge João Muchacona** - PhD em Direito Público Pela Universidade Católica de Moçambique – UCM; Professor e Chefe de Departamento de Pesquisa e Publicação na Faculdade de Direito da Universidade Rovuma; Membro e pesquisador do Grupo de Pesquisa Interculturalidades. [jorgemuchacona@gmail.com](mailto:jorgemuchacona@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0002-5103-4249>  
Orcid